



Um manifesto para mobilizar os reformados e reformadas contra a austeridade e em defesa da segurança social

Realizou-se mais uma reunião do grupo +60 do BE. Esta reunião contou com muitas presenças e foi bastante proveitosa no sentido do debate e esclarecimento político. Estamos a preparar um manifesto do Bloco para os reformados e propostas para apresentar aos movimentos unitários para que levem um caderno reivindicativo, com perguntas e propostas concretas a todos os partidos, por causa das próximas eleições. Precisamos da tua ajuda para elaborar essa posição.

Reunião de 6 de janeiro 2015.

Movimentos sociais Foi analisada a necessidade da participação de elementos do grupo +60 do BE, nos movimentos sociais, nomeadamente na Apre!, para provocar o confronto e a apresentação de novas ideias e dar um incremento às mesmas na luta pela defesa do Estado Social para todos.

Política geral (análise) - **Foram debatidos os seguintes assuntos:**

- O momento do PS, vantagens e desvantagens para o povo e o vazio político das propostas do PS.
- A política de saúde imposta pelo governo, com graves consequências para os utentes do SNS, como se está a ver na crise das urgências com a gripe.
- O momento eleitoral na Grécia e a sua importância na política europeia, as pressões a que estão a sujeitá-la, no intuito de ter um governo afecto ao poder dos mercados financeiros, no interesse da Alemanha e países nórdicos e contra os interesses dos países chamados periféricos. Discutimos a solidariedade com o Syriza.

Foi discutida a necessidade de propor à Apre, ou de apoiar a elaboração de um caderno reivindicativo a enviar aos partidos políticos, com propostas e perguntas, de modo a que esclareçam os portugueses sobre o futuro dos interesses dos reformados e pensionistas deste país. E vamos igualmente elaborar um manifesto do Bloco para distribuir aos reformados.

Queremos e precisamos da tua ajuda para elaborar essa posição. Se ela resultar da reflexão de todas as pessoas que sentem as dificuldades da vida dos reformados e reformadas, e que querem defender a Segurança Social, como o Bloco tem feito e tem de fazer, então a nossa posição ficará mais completa e será mais forte.

Contactos:

Bloco de Esquerda/Segurança Social,
Rua da Palma, 1100-394 Lisboa, ou
bloco.esquerda@bloco.org.



Caderno reivindicativo a elaborar pelo Bloco Pedimos-te por isso que dediques uns minutos a escrever o que te parece ser essencial nessa tomada de posição:
Por exemplo sobre os seguintes assuntos, ou outros de que te lembres:

- Reposição dos cortes nas pensões, sua reposição e recuperação económica das mesmas.
- Actualização do valor das pensões mais baixas.
- Recuperação do Rendimento Social para idosos.
- Protecção das rendas de casa, nomeadamente as que afectam a população de mais baixos rendimentos.
- Mobilidade dos idosos: transportes a valores acessíveis a todos os idosos.
- Protecção na assistência médica, com taxas moderadoras acessíveis e um atendimento condigno aos cidadãos no âmbito de SNS.

Neste sentido, vamos enviar esta circular a todos +60 do BE, solicitando que nos enviem as vossas ideias e questões neste âmbito de modo a podermos abranger todas as vossas propostas. Agradecemos que nos façam chegar as mesmas até 30 de Janeiro (para o mail bloco.esquerda@bloco.org <mailto:bloco.esquerda@bloco.org> ., ou por escrito para a sede do Bloco, Grupo de Reformados, Rua da Palma, 1100-394 Lisboa)

Com essas propostas elaboraremos também um manifesto do Bloco, para ser distribuído à população.

A curto prazo Continuaremos a reunir-nos, na 1ª terça-feira de cada mês, sempre que possível, com novos convidados que nos esclarecerão sobre a problemática da segurança Social e do Estado Social em geral.

A próxima reunião será no dia 3 de Fevereiro de 2015, pelas 15 horas, na sede nacional do Bloco, na Rua da Palma, em Lisboa (toma já nota na tua agenda!) e concluiremos o manifesto do Bloco para os reformados, que depois vamos distribuir à população. Como a Mesa Nacional decidiu entretanto lançar uma campanha contra a austeridade, esta nossa iniciativa para os reformados de certeza que se enquadra bem na campanha. Agradecemos que passem informação a outros aderentes no sentido de cada vez contarmos com um maior numero dos mesmos.

Em todo o país Para os activistas que estão envolvidos nos movimentos sociais dos pensionistas e reformados, em outros lugares do país, manteremos esta informação regular, incluindo os textos que discutirmos e um resumo dos nossos trabalhos. E incluiremos nesta folha o que nos mandarem de outras organizações do Bloco sobre as suas intervenções.

Contactos:

Bloco de Esquerda/Segurança Social,
Rua da Palma, 1100-394 Lisboa, ou
bloco.esquerda@bloco.org.

não esqueças:

**TERÇA
3 FEV, 15h
próxima reunião**



Um primeiro esboço do programa do Bloco para os reformados:

Na nossa reunião ficou uma camarada encarregue de preparar tópicos.

Aqui estão eles, têm de ser muito trabalhados e completados e contamos contigo.

Reformados do Bloco de Esquerda CADERNO REIVINDICATIVO

O programa de austeridade que o Governo de direita acarinhou trouxe a recessão económica, ou melhor, provocou o empobrecimento generalizado, do país e de cada um dos portugueses. Num país em que a maior parte da população nunca chegou a gozar do nível de vida que caracterizava a Europa, a austeridade veio agravar seriamente a situação daqueles que mais precisavam enquanto destruiu o pouco bem-estar de outra parte considerável da sociedade portuguesa confrontando, uns e outros, com o corte de pensões, redução de apoios sociais, eliminação de postos de trabalho, desemprego, aumentos a eito em bens essenciais. Não se trata apenas de uma hipótese académica, nem sequer de uma ameaça. Os factos confirmam este cenário de pobreza, triste e dramático e, portanto, a questão que se coloca é a da recusa e do combate a este estado de sítio. Não há mais tempo para conversas inconsequentes; é altura de avançar com um Caderno Reivindicativo que congregue os Reformados e os mobilize para a luta neste ano eleitoral de 2015 cheio de promessas. Já se ouvem, vamos acreditar? É tempo de concretizar essa vã esperança repondo a justiça e a dignidade.

A formulação deste Caderno Reivindicativo tem dois objectivos principais: por um lado, pôr ponto final a uma luta que se foi restringindo até se tornar corporativista em defesa das pensões e, por outro, mobilizar os pensionistas, reformados e idosos em geral em torno de questões transversais à sociedade portuguesa e que, como tal, têm vindo a caracterizar o nosso percurso. Os partidos do Governo e o PS também já se perfilam com declarações de intenção. Tal é o afã que se esqueceram quão comprometidos estão com o estado a que se chegou. Vamos puxá-los para o debate e confrontá-los com propostas concretas.

Reposição de pensões? Sim, fazer justiça.

Parece da mais elementar justiça exigir a reposição das pensões e reformas. E também do complemento de solidariedade para idosos. De forma directa, com os cortes reais, ou de maneira indirecta, por via das alterações dos escalões do IRS ou de outras contribuições, as pensões e reformas devidas a quem cumpriu uma vida contributiva de acordo com as regras em vigor, não pode ser considerada como uma exigência infundada. O que está errado não é exigir a reposição daquilo a que os pensionistas e reformados têm direito; o que está errado é o roubo descarado que o Governo levou a cabo. O que ultrapassa os parâmetros da justiça social é abandonar os idosos retirando-lhes o complemento de solidariedade. Vai para três anos de cortes e reduções sem que se vislumbre nenhum atenuar no desequilíbrio do deficit das contas públicas. É por demais evidente que a cura não se conseguirá a troco do empobrecimento. O ataque às pensões e reformas não afecta unicamente os pensionistas e reformados. Existem diferenças entre pensões e reformas, mas a injustiça das medidas introduzidas é transversal. Num tempo de grande carência, este ataque estende-se também às famílias, pondo em causa o apoio que pensionistas e reformados pudessem dar aos seus núcleos familiares. A redução das pensões e reformas constitui um factor decisivo na destruição da coesão social. Os pensionistas e reformados têm direito a uma velhice segura e tranquila de acordo com os projectos que fizeram. Como também têm todos aqueles a quem foi retirado o complemento de solidariedade. E não parece nada de mais projectar um sistema que impeça pensões inferiores ao salário mínimo nacional. Não se está a pedir o céu e a terra mas justiça. Tratar todos estes portugueses como descartáveis ofende a

nossa dignidade, é insustentável, torna-se viral, altera os termos da relação social. O trabalho é um direito mas também ganha direitos, entre eles, a reforma. O Governo e quem os apoia, ao não cumprirem este código, deveriam envergonhar-se.

Mobilizar contra a pobreza? Protecção social, claro!

Os pensionistas e reformados, os idosos, os desempregados são pessoas. Está para além do tolerável saber que uma reforma não chega para pôr comida na mesa; que uma pensão não é suficiente para ir ao hospital; que um subsídio de desemprego não paga um passe social; que não existe uma garantia de habitação; que a solidão e o frio são companheiros sempre presentes. É inaceitável aceitar a satisfação alvar dos governantes quando referem as centenas de cantinas sociais, os apoios canalizados para a assistência social. Uma pequena-grande jóia para o Governo. É inaceitável esta caridade que tenta disfarçar a insensatez, a incompetência, a opção ideológica, a perfídia. Não pode ser encarada como solução definitiva. Não foi declarado o estado de emergência; o Estado e o seu Governo têm obrigação de tomar todas as medidas estruturais que, de acordo com um calendário e com uma meta, vão pondo cobro às situações de pobreza. São urgentes medidas de intervenção social, de verdadeiro cariz solidário. Qualquer solução que faça os idosos ou os desempregados dependerem, em definitivo, de um prato de sopa oferecido, é indigna. Os idosos e desempregados merecem tratamento e consideração sociais como os mais novos ou os que trabalham. Não se pode tolerar a vergonha de existir. Chega de nos atirarem areia para os olhos.

Restabelecer o Serviço Nacional de Saúde? Sim, nos centros de saúde, nos hospitais, no domicílio.

Temos todos direito a um serviço de saúde universal e gratuito. Com a imposição de taxas moderadoras, o Serviço Nacional de Saúde deixou para trás a gratuitidade. Como se isto não fosse suficiente para afastar muitos utentes, os serviços têm vindo, aos poucos, a sofrer reduções de verbas e de pessoal. Pode ser que no imediato não nos apercebamos dos cortes nas ver-

bas; pelo contrário, já não dá para esconder a redução dos recursos humanos, sejam enfermeiros ou médicos. As longas horas de espera por um atendimento só torna o claudicar do sistema mais evidente e inegável. Toda a população é afectada de uma forma ou de outra por estas reduções mas a população idosa sofre mais com a situação. Para não estorvar o programa definido, o Governo esquece como a população idosa é frágil. Uma fragilidade que se agrava quando não há dinheiro e abunda solidão. Urgem medidas de carácter domiciliário que possam supletivamente atender os idosos mais isolados e economicamente mais carenciados. Mesmo que não fosse perceptível a crise que se instalou nos hospitais e centros de saúde, nunca poderíamos ficar tranquilos sabendo que há idosos a sobreviver no desconforto das suas habitações e a precisar de apoio médico. O Serviço Nacional de Saúde tem de criar programas de apoio em estreita colaboração com as estruturas locais mais próximas da população carenciada para intervir eficazmente. Como não é aceitável saber que há idosos abandonados nos hospitais. Por falta de apoio familiar e domiciliário, claro, mas certamente porque falta tudo e sobra pobreza. Os descontos que fizemos, e continuamos a fazer, destinam-se a garantir a assistência na saúde. Não é descabido exigir que os serviços funcionem quer nos hospitais e centros de saúde quer no domicílio. Se o Governo não é capaz de criar esta rede de intervenção social e de apoio médico, então, que Governo é este?!

Elegemos, assim, três grandes áreas para uma acção sem delongas:

- 1. a das reformas e do complemento solidário para idosos;**
- 2. a do apoio social estruturado e solidário que recuse a indigência e prepare a recuperação económica e social;**
- 3. a da revisão do Serviço Nacional de Saúde articulando-o com uma intervenção de carácter social e solidário de maneira a repor o seu verdadeiro sentido universal.**

Vamos debater e juntos preparar propostas concretas, quantificadas tanto quanto possível, para entrarmos na campanha eleitoral e nos debates que se aproximam.